

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.787 - RS (2019/0288136-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : NELCI LOURDES SEGHETTO  
**ADVOGADOS** : FLAVIO AUGUSTO ZORDAN JÚNIOR - RS098248  
THOBIAS DAL PONTE - RS095427  
**AGRAVADO** : BANCO A J RENNER SA  
**ADVOGADOS** : ELISIANE DE DORNELLES FRASSETTO - RS083593A  
RODRIGO FRASSETTO GÓES - RS087537A  
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI - RS074909A  
PAULO CESAR DA ROSA GOES E OUTRO(S) - RS077330A  
SARAH BRUNNA DORNELLES DE DORNELLES - RS101584

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial ante a aplicação das Súmulas n. 5, 7 e 83 do STJ (e-STJ fls. 293/297).

O acórdão do TJRS está assim ementado (e-STJ fl. 189):

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ADOÇÃO DOS PARADIGMAS DO STJ EM CONSONÂNCIA COM O DISPOSTO NO ART. 1039 DO CPC. JUROS REMUNERATÓRIOS. PARADIGMA: RESP Ns 1.061.530/RS. O percentual dos juros remuneratórios do contrato compatível com a taxa média do mercado para o período da contratação não contém abusividade a ser corrigida. CONFIGURAÇÃO DA MORA. PARADIGMA: RECURSO ESPECIAL <sup>1</sup> 1.061.530/RS. A manutenção dos encargos contratuais previstos para o período da normalidade contratual aliada à inadimplência do contrato acarreta a configuração da mora. DERAM PROVIMENTO AO APELO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 230/235).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 238/277), interposto com base no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente apontou, além de dissídio jurisprudencial, violação dos arts. 3º, § 2º, e 51, IV, do CDC e 927 do CPC/2015, pois a taxa de juros remuneratórios pactuada seria abusiva, devendo ser reduzida para a média de mercado divulgada pelo BACEN, conforme entendimento firmado pelo STJ no REsp n. 1.060.531/RS.

Foram ofertadas contrarrazões (e-STJ fls. 282/290).

No agravo (e-STJ fls. 299/312), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Foi apresentada contraminuta (e-STJ fls. 314/328).

É o relatório.

Decido.

O conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo

a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (arts. 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ e 541, parágrafo único, do CPC/1973).

De tais ônus o recorrente não se desincumbiu, pois se limitou a transcrever as ementas e o inteiro teor dos julgados a partir dos quais sustentou o dissenso interpretativo, tornando inviável conhecer do recurso no ponto. A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C DECLARAÇÃO DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO E CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO - DECISÃO MONOCRÁTICA NEGANDO PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DA DEMANDADA.

(...)

3. Não restou demonstrada, na hipótese, a divergência jurisprudencial na forma prevista no artigo 541 do CPC/1973 (art. 1.029, CPC/2015) e no artigo 255 do RISTJ. Ademais, a mera transcrição de ementas não satisfaz as exigências para a demonstração do dissídio jurisprudencial.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no AREsp n. 304.921/MT, Relator Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 6/12/2016, DJe 14/12/2016.)

O Tribunal de origem reconheceu a validade da taxa de juros remuneratórios pactuada, afastando a tese de que o encargo seria abusivo, visto que (e-STJ fl1. 191):

Partindo dessa premissa, não há falar em abusividade dos juros remuneratórios contratados à taxa de 28,63% ao ano enquanto a média anual do mercado na data da contratação por pessoas físicas (abril de 2015) correspondia a 24,55%.

Esta Câmara, a exemplo do STJ, admite taxa de juros remuneratórios contratada em percentual maior que a média praticada pelo mercado. Estabelecemos os juros pactuados em menos de onze pontos percentuais além da taxa média divulgada pelo BACEN não configuram abusividade, mantendo-se hígida a contratação neste aspecto. Afinal, a taxa média é um balizador, não um limitador estanque.

Rever tais conclusões demandaria nova interpretação do contrato e incursão no conjunto probatório dos autos, providências vedadas na instância especial, a teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. A propósito:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. UTILIZAÇÃO E DESBLOQUEIO. VÍCIO DE CONTRATAÇÃO. NÃO RECONHECIMENTO. QUESTÕES EMINENTEMENTE FÁTICAS. SÚMULA 7 DO STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. NÃO CABIMENTO. TAXA MÉDIA DE MERCADO. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. SUMULA 7 DO STJ. COMPENSAÇÃO. VEDAÇÃO. CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

2. "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". Súmula 382/STJ. 3. O tribunal de origem, amparado nos elementos fáticos dos autos, consignou que a taxa de juros aplicada ao contrato não é abusiva em relação à média de mercado. A revisão do julgado é obstada pela Súmula 7 do STJ.

(...)

6. Agravo interno conhecido e parcialmente provido.

(AgInt no AREsp n. 1.220.453/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/5/2018, DJe 14/5/2018.)

A decisão da Corte local coincide com a jurisprudência das Turmas da Segunda Seção do STJ, assente no sentido de que "a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, à conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras. Para considerar abusivos os juros remuneratórios praticados, é imprescindível que se proceda, em cada caso específico, a uma demonstração cabal de sua natureza abusiva – REsp n. 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe de 10/3/2009" (AgRg no AREsp n. 809.862/RS, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 13/10/2017).

No mesmo sentido:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. NÃO OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO INJUSTIFICADA. MORA CONFIGURADA. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. POSSIBILIDADE. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. DECORRÊNCIA DO RESULTADO DO PROCESSO. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. "A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de abusividade, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras" (AgRg nos EDcl no Ag n. 1.322.378/RN, Relator Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 14/6/2011, DJe 1º/8/2011).

3. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual descarateriza a mora" (REsp n. 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, pelo rito do art. 543-C do CPC/1973, DJe 10/3/2009), circunstância não verificada na espécie.

4. "A inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na sentença ou no acórdão observará o que for decidido no mérito do processo" (REsp n. 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, pelo rito do art. 543-C do CPC/1973, DJe 10/3/2009.). Caracterizada a mora, correto o registro.

5. A parte vencida no processo deve arcar com custas e honorários advocatícios.

6. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 275.786/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 19/9/2017, DJe 28/9/2017.)

Incide, portanto, a Súmula n. 83/STJ, que se aplica como óbice tanto aos recursos interpostos com base na alínea "c" quanto àqueles fundamentados pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Inexistindo abusividade a ser reconhecida no período de normalidade contratual, a Justiça de origem considerou caracterizada a mora do recorrente.

A decisão da origem encontra-se em sintonia com o entendimento firmado pela Segunda Seção no REsp n. 1.060.531/RS, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, no sentido de que "o reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da

# *Superior Tribunal de Justiça*

normalidade contratual descarateriza a mora" (Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 22/10/2008, pelo rito do art. 543-C do CPC/1973, DJe 10/3/2009).

Aplica-se, mais uma vez, a Súmula n. 83/STJ como óbice ao recurso interposto com fundamento em ambas as alíneas do permissivo constitucional.

Ante o exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Na forma do art. 85, § 11, do CPC/2015, MAJORO os honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) do valor arbitrado, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Estando a parte recorrente amparada pelos benefícios da gratuidade da justiça (e-STJ fl. 148), cumpre aplicar o art. 98, §§ 2º e 3º, do CPC/2015.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator